


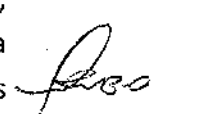
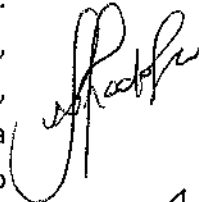
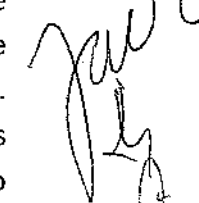
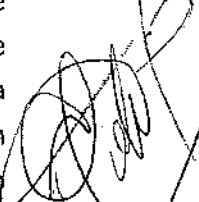
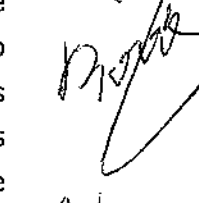



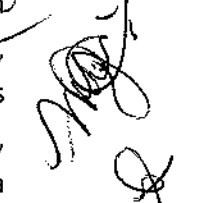
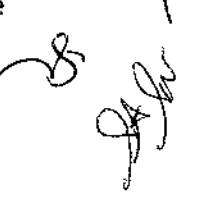
1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO**
2 **RIO PRETO – SP, REALIZADA NO DIA NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.**
3 Ao nono dia do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, na sede do Conselho
4 Municipal de Saúde, conforme convocação, sob a coordenação do Presidente deste
5 Conselho Dr. Rodrigo José Ramalho, e na presença da Equipe Técnica assinada ao final
6 desta Ata, deu-se início a Reunião Ordinária com os conselheiros titulares e suplentes
7 presentes, com gravação em vídeo que faz parte integrante desta Ata. Inicia-se com os
8 seguintes informes: **Informes da mesa diretora: PRIMEIRO INFORME:** Inicialmente, Dr.
9 Rodrigo Ramalho, Presidente do CMS, dá as boas-vindas à Conselheira Bruna Thais
10 Bonfim. **SEGUNDO INFORME:** Dr. Rodrigo Ramalho passa a palavra para Arthur
11 Grigolin. Arthur se despede deste Conselho, onde exercia a função de Coordenador
12 dos CLSs, e faz um retrospecto de sua trajetória no Controle Social, destacando as
13 atividades desenvolvidas junto aos conselhos locais, inclusive oficinas, capacitações,
14 divulgações, atividades pedagógicas e a eleição dos conselheiros. **TERCEIRO INFORME:**
15 Dr. Rodrigo informa a transferência de nove computadores à Secretaria Municipal de
16 Saúde. **QUARTO INFORME:** O Presidente também informa que o Conselho participará
17 da Conferência de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde e que há a necessidade de
18 eleição representantes, matéria a ser abordada em pauta própria. **Informes da**
19 **Gestão: PRIMEIRO INFORME:** Suzy informa a indicação de emendas parlamentares
20 para o Hospital Santa Casa de Misericórdia de São José do Rio Preto, no valor total de
21 R\$ 5.050.000,00, e para a Secretaria Municipal de Saúde, no valor total de R\$
22 700.000,00. Observa que, desse último valor, R\$ 100.000,00 também serão destinados
23 à Santa Casa. Adilson Vedroni, Secretário de Saúde, salienta que os valores ainda não
24 foram disponibilizados à SMS. Quanto à situação atual das arboviroses, Andreia
25 atualiza seus dados, informando que há uma epidemia de Chikungunya, cujos números
26 são muito superiores aos de Dengue, que estão dentro do esperado. Conta que nos
27 próximos dias a SMS receberá a vacina e iniciará a vacinação conforme o calendário
28 por grupos e faixas etárias. Quanto ao serviço de acupuntura, executado pelo Hospital
29 de Base, informa que cada profissional era responsável por vinte paciente. Diz
30 também, que a acupuntura não é protocolo para tratamento de Chikungunya, mas é
31 preventiva. Sanny diz que é um retrocesso o encerramento do serviço de acupuntura
32 na rede municipal, dada a sua importância. Finalizados os informes, Dr. Rodrigo pede a
33 inclusão da pauta **ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES PARA COMPOR A COMISSÃO DA**
34 **ETAPA MUNICIPAL DA 4ª CONFERÊNCIA DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA**
35 **SAÚDE.** Danilo, por sua vez, pede a inclusão da pauta **FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO**
36 **DA TELEMEDICINA.** Colocada em votação, a inclusão de ambas as pautas é aprovada
37 por unanimidade. **ORDENS DO DIA – PRIMEIRO PONTO DE PAUTA: OFÍCIOS DO**
38 **MINISTÉRIO PÚBLICO. ASSUNTO:** Dr. Rodrigo Ramalho apresenta os ofícios enviados
39 pelo Ministério Público. Um deles tem como objeto o questionamento ao CMS sobre a
40 fiscalização das medidas adotadas pela SMS para melhorar a assistência e minimizar os
41 problemas no atendimento nas UPAs, em especial à população idosa. Relata que, por

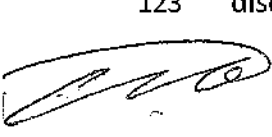
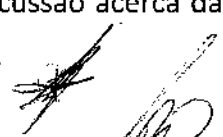

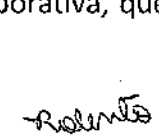
Recebo

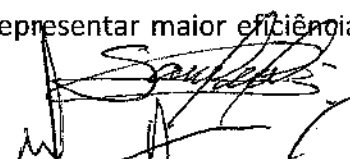
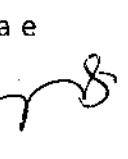
42 falta de condições, inclusive de pessoal, ainda não respondeu à interpelação. Outro
43 ofício versa sobre as demissões e sobre a falta de contratação de pessoal pelo CMS.
44 Apresenta a composição do Conselho, prevista em regimento, bem como as
45 atribuições dos profissionais e as atividades realizadas. Conclui que não é possível
46 exercer as atividades com a mesma qualidade com apenas quatro colaboradores e
47 com o Colocada em votação a proposta de, foi aprovada por unanimidade. Conselheiro
48 Antônio Fernando de Araújo diz que os termos do ofício representam a realidade. Diz
49 que quando o executivo propõe o exposto, contraria a independência do controle
50 social, que não admite qualquer vinculação com o executivo. Ressalta, também, que
51 assim como o expresso no ofício-resposta, o CMS possui orçamento próprio para
52 custeio de seu pessoal. Sanny parabeniza o Presidente pelo ofício-resposta e relata que
53 essa é uma luta de décadas. Revela que não acredita que a proposta do executivo seja
54 de má-fé, visto o apoio do Executivo ao controle social. Contudo, quanto à proposta de
55 ter a Procuradoria Geral do Município como assessoria jurídica do Conselho, diz que é
56 ultrajante, visto que a assessoria atuaria na fiscalização da gestão e por isso não
57 poderia ser a ela vinculada. Conselheira Marcia também parabeniza a atitude de
58 defesa do Conselho com sua autonomia. Ressalta a importância de mudanças político-
59 sociais para o progresso, que passa pela defesa do Conselho. Adilson Vedroni pede a
60 palavra e diz que gostaria de ter colocado na pauta desta Reunião a renovação do
61 convênio com a Funfarme, mas que ainda não foi possível por ainda estar em
62 negociação. Aduz que será necessária a convocação de uma Reunião Extraordinária
63 para discussão do novo convênio, o que requer. Relata que existe uma crise de saúde,
64 mas ela é nacional e inclui a rede suplementar, e que por isso é impossível atender à
65 totalidade da população. Argumenta que a gestão nunca o prefeito ou o secretário de
66 saúde desvalorizou o Conselho. Aduz que o CMS não possui personalidade jurídica e
67 que por isso não consegue contratar ele próprio seus colaboradores, nem se acionar o
68 judiciário em nome próprio. Quanto à assessoria jurídica própria, diz que o
69 posicionamento contrário foi feito pela procuradoria do Município, que entendeu que
70 a contratação de um advogado para o Conselho seria irregular. Revela que essa
71 posição é compartilhada pela Funfarme. Conta que a decisão judicial que determinou a
72 readmissão dos funcionários terceirizados demitidos é temporária e que alguns deles
73 podem ser mantidos em definitivo, mas que alguns desligamentos poderão ser feitos
74 sem que isso cause desassistência na rede. Reitera que não há intenção deliberada ou
75 não deliberada de desmonte do Conselho. Osmari também parabeniza a atuação do
76 Conselho frente ao desmonte, relatando que este Conselho é referência para outros.
77 Conselheiro José Roberto interpela Adilson Vedroni sobre bonificações e outros
78 benefícios conferidos a médicos, que teriam sido cortados. Questiona se há valores a
79 serem devolvidos. O secretário responde que alguns pagamentos foram irregulares,
80 mas não ilegais e, por isso, o pagamento foi cessado, mas não haveria verbas a
81 restituir. José Roberto conclui que sua reivindicação na reunião ordinária anterior teria
82 sido deturpada, com o que se diz surpreso. **SEGUNDO PONTO DE PAUTA:**

osmari

83 **APRECIÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 2023. ASSUNTO:** Pela gestão, Diene
84 apresenta o Relatório Anual de Gestão (RAG). Inicialmente, introduz os instrumentos
85 de planejamento, entre eles o RAG. Expõe informações de regionalização, com as dez
86 regiões de saúde do município, e números de população do município e da DRS XV.
87 Destaca o número total de munícipes cadastrados, de cerca de 1,2 milhão. Destes,
88 cerca de 580 mil são cadastros ativos. Ambos os números são superiores ao da
89 população do município e são indicadores da "invasão" de munícipes de outras
90 cidades. Exibe dados da rede física do SUS, incluindo as unidades de gestão estadual.
91 Apresenta dados de produção de serviços no SUS, divididos entre atenção primária,
92 especializada, urgência e emergência e assistência farmacêutica. Prossegue, então,
93 com a avaliação da Programação Anual de Saúde, apresentando em detalhes cada uma
94 de suas diretrizes e informando as metas e os resultados produzidos. Aponta que não
95 foi alcançada a meta de cobertura vacinal de crianças menores de dois anos e que
96 houve um pequeno incremento na taxa de mortalidade infantil. Destaca a necessidade
97 de implantação do prontuário eletrônico no CAPS, tal qual o implantado nas UPAs.
98 Destaca o fortalecimento do monitoramento e análise dos dados da SMS. Exibe dados
99 da execução financeira do Hospital Municipal, com seus respectivos saldos, tendo
100 executado, no exercício em avaliação, cerca de um milhão de reais em materiais de
101 consumo e prestação de serviços e cerca de três milhões de reais em equipamentos e
102 mobiliário. Em relação à diretriz 9, de aprimoramento e garantia de assistência
103 farmacêutica, apresenta os valores utilizados em aquisições de medicamentos em
104 demandas judicializadas, de cerca de dez milhões de reais, que é maior que o
105 despendido com os itens fornecidos por toda a atenção primária, com o grande
106 contraste entre os valores unitários médios. Apresenta que a movimentação
107 orçamentária total foi de 632 milhões de reais. Conclui que mais de 80% das metas
108 foram cumpridas e que existem os desafios de invasão de pessoas advindas de outros
109 municípios, do envelhecimento populacional, de queda da cobertura vacinal, de
110 sobrecarga das UPAs, de judicialização de demandas, de aprimoramentos em
111 tecnologia da informação e de absenteísmo. Entre as recomendações para o próximo
112 exercício, aduz que deve haver estratégias para reforçar a atenção primária como
113 porta de entrada e reitera que se deve ampliar a utilização do prontuário eletrônico.
114 Dr. Rodrigo Ramalho aponta que as principais causas de morte são doenças
115 cardiovasculares e câncer. Discorda, portanto, com a ausência no planejamento de
116 parâmetros e ações de controle de hipertensão e diabetes. Pontua que a produção e a
117 qualidade de serviço dos residentes também devem ser medidas. Diene aduz que a
118 gestão se preocupa, sim, com os parâmetros de hipertensão e diabetes e que isso têm
119 sido objeto de discussão internamente. Quanto aos dados relacionados aos residentes,
120 concorda que deve existir a avaliação do serviço dos residentes e acrescenta que os
121 trabalhos de conclusão do programa devem ser realizados dentro da própria rede,
122 fornecendo dados e produção científica valiosos. Dr. Rodrigo afirma a importância da
123 discussão acerca da governança corporativa, que pode representar maior eficiência e




 Rolando

3

124 economia de recursos no atendimento e prestação de serviço aos usuários da saúde,
125 sobretudo em relação à informatização e compartilhamento de resultados de exames
126 entre unidades e entidades. Conselheiro Roberto Neves argumenta que a rede ainda
127 atende insatisfatoriamente os pacientes com necessidade de atendimento
128 psiquiátrico. Diene explica que a cobertura feita pelos CAPS do município é boa, mas
129 reforça que o atendimento a casos leves deve ser feito pela atenção básica.

130 **TERCEIRO PONTO DE PAUTA: DISCUSSÃO SOBRE OS SERVIÇOS DE HEMODIÁLISE**

131 **OFERECIDOS À POPULAÇÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. ASSUNTO:** Dr. Rodrigo
132 Ramalho introduz o serviço de hemodiálise fornecido pela empresa Davita. Relata que
133 há reclamações contra o serviço, inclusive através do Disque Saúde, e que a matéria
134 vem sendo discutida na Comissão Intersetorial da Pessoa com Deficiência, que
135 programa uma visita *in loco* à empresa. Conselheiro Janos conta que houve uma queda
136 na qualidade do serviço, constatando irregularidades e intercorrências. Conta que os
137 problemas foram encaminhados à Vigilância Sanitária, mas que, mesmo após
138 reformas, os problemas não foram sanados. Narra incidentes que envolveram
139 infecções causadas por capilares provavelmente reutilizáveis contaminados, ao passo
140 em que pacientes que utilizaram capilares descartáveis não sofreram infecção. Dr.
141 Rodrigo pondera que os serviços de hemodiálise são extremamente fiscalizados, com
142 os materiais e processos auditados com frequência, o que em tese se traduziria em
143 segurança na execução dos serviços. Diz, então, que são mesmo necessárias a visita *in*
144 *loco* à empresa e uma investigação mais completa. Pontua que a empresa é
145 reconhecida por ser de difícil diálogo.

146 **QUARTO PONTO DE PAUTA: ELEIÇÃO DE DOIS**

147 **REPRESENTANTES PARA COMPOR O COMITÊ DE ÉTICA DA FACERES. ASSUNTO:** Dr.
148 Rodrigo informa a necessidade de eleição de dois representantes para compor o
149 Comitê de Ética da FACERES. São eleitos os conselheiros Narcizo José Filho e Ana Rita
150 Santana.

151 **QUINTO PONTO DE PAUTA: APRESENTAÇÃO DO SERVIÇO CEDECA – CENTRO**

152 **DE DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DO INSTITUTO NAIR**

153 **PEREIRA. ASSUNTO:** Joana D'Arc introduz o Instituto Nair Pereira, antigo GADA,
154 explicando sua estrutura e sua atuação em prol de idosos e pessoas com deficiência.
155 Apresenta, também, o serviço CEDECA, prestado pelo Instituto, que busca o
156 atendimento de necessidades de saúde de crianças e adolescentes. Exibe um rol de
157 violações na saúde que podem ser enfrentadas por crianças e adolescentes e
158 apresenta dados de violações. Expõe a metodologia do atendimento pelo serviço.
159 Conselheiro Danilo pondera que os dados de mortalidade infantil informados estão
160 incorretos. Diene informa os serviços de reabilitação fornecidos pela rede municipal a
161
162
163
164

Handwritten notes and signatures on the right margin, including names like 'Janos', 'Rodrigo', and 'Danilo'.

Handwritten notes and signatures on the left margin, including a signature that appears to be 'Danilo'.

Handwritten signatures and notes at the bottom of the page, including a signature that appears to be 'Narcizo'.

165 crianças e adolescentes e destaca a ampliação dos serviços do CER III e a futura
166 inauguração de outra unidade de CER no município. Joana indaga quanto ao tempo
167 média de espera para o atendimento de uma criança no CER. Convidada Lilian explica
168 que os serviços oferecidos pelo CER foram ampliados para atender também crianças
169 autistas e que há na atenção primária seis unidades que são referência no
170 atendimento à criança autista. Conta que, quando necessário o encaminhamento, as
171 crianças são acompanhadas por equipes multiprofissionais. O atendimento, então,
172 pode continuar nos grupos multi ou, se necessário, há o encaminhamento ao CER.
173 Ressalta que os aprimoramentos do serviço do CER são discutidos também na esfera
174 estadual. **SEXTO PONTO DE PAUTA: FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DA**
175 **TELEMEDICINA. ASSUNTO:** Danilo expõe que nas unidades de emergência há um
176 grande número de atendimentos de casos leves e que poderiam ser atendidos pela
177 atenção básica. Argumenta, então, que há uma necessidade de ampliação dos
178 atendimentos em telemedicina. Sanny diz que é necessário desafogar as unidades de
179 urgência e emergência e que isso só acontecerá com a maior utilização da
180 telemedicina. Acrescenta que o custo da consulta por telemedicina é menor. Aduz que
181 é necessária a maior divulgação do serviço, inclusive em escolas. Com base em
182 depoimentos de usuários, sugere a possibilidade de as consultas serem feitas em
183 videoconferência. Conselheiro Marcelo Rubio explica que o paciente é atendido
184 inicialmente por triagistas, que avaliam se ele pode ser atendido pela telemedicina.
185 Conta que mesmo que o paciente não seja atendido naquela hora, é inserida no
186 sistema a justificativa para o não atendimento e o consequente encaminhamento ao
187 atendimento presencial. Expõe que são mais de duzentos atendimentos efetivos por
188 dia, além dos atendimentos encerrados na triagem. Explica também que alguns
189 atendimentos são feitos por chamada de vídeo e que há possibilidade de anexação de
190 fotos e de exames particulares no prontuário. Também conta que há a possibilidade de
191 o paciente que já foi triado na unidade de emergência como azul ou verde entrar em
192 contato diretamente com o médico pela telemedicina. Reforça a necessidade de
193 ampliação do serviço e que ele oferece economia e resolutividade. É proposta a
194 expedição de ofício solicitando a ampliação da divulgação, do quadro de profissionais e
195 da oferta do serviço de telemedicina pela rede municipal. Colocada em votação, a
196 proposta é aprovada por unanimidade. **SÉTIMO PONTO DE PAUTA: ELEIÇÃO DE**
197 **REPRESENTANTES PARA COMPOR A COMISSÃO DA ETAPA MUNICIPAL DA 4ª**
198 **CONFERÊNCIA DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE. ASSUNTO:** Dr.
199 Rodrigo Ramalho informa a necessidade de eleição de 02 (dois) conselheiros
200 representantes dos usuários, de 01 (um) conselheiro representante dos trabalhadores
201 e de 01 (um) conselheiro representante do gestor para compor a Comissão da Etapa
202 Municipal da Conferência Conferência de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde.
203 Como representantes dos usuários, são eleitos Janos Dizah Couto e Sanny Lima Braga;
204 como representante dos trabalhadores é eleito Danilo de Miranda Alves; como
205 representante da gestão é eleita Paula Sodré. **ENCERRAMENTO:** Foi requerida a

mf

Joana

de

reservado

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Vertical column of handwritten signatures and initials]

